

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO

(Do Senhor Dr. Jorge Silva)

Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir a crise da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde, especialmente o desabastecimento de penicilina benzatina nas unidades de saúde do País.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa. nos termos do arts. 255 a 258 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir a crise da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde, especialmente o desabastecimento de penicilina benzatina nas unidades de saúde do País.

Para, debater o tema, sugerimos sejam convidados os representantes dos seguintes órgãos:

MINISTÉRIO DA SAÚDE;

ANVISA

DAS EMPRESAS PRODUTORAS DA MATÉRIA PRIMA
E DO MEDICAMENTO.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ESPECIALISTAS NA ÁREA

JUSTIFICAÇÃO

A penicilina benzatina é uma droga que vem sendo utilizada há muitas décadas por ser eficaz para a prevenção e o tratamento de inúmeras doenças, tais como a sífilis em todas suas fases, febre reumática e erisipela de repetição, amigdalites bacterianas estreptocócicas.

Há meses esse medicamento essencial para milhares e milhares de brasileiros está em falta nas unidades de saúde do País, acarretando sérios transtornos para os seus usuários e colocando em risco a vida de muitos deles, além de fragilizar as ações de controle de doenças transmissíveis, como a sífilis.

Há que se destacar a situação dos portadores de febre reumática, doença negligenciada pelas políticas de saúde, que não promovem o registro dos casos nem têm controle sobre o tratamento contínuo dos pacientes. Esses pacientes enfrentam agora um novo problema: a falta de penicilina benzatina nas unidades do SUS.

Essa grave crise tem repercussões sérias sobre os pacientes e também nos serviços de saúde, por ser um produto de relativo baixo custo e amplamente utilizado. O quadro é altamente preocupante, porque a falta do produto pode provocar sequelas graves nos usuários que precisam tomar doses profiláticas mensalmente, para evitar alterações nas válvulas do coração, distúrbios neurológicos, renais, entre outros problemas.

Essa situação foi explicada pela ANVISA, ao afirmar que a empresa detentora do registro da benzetacil pediu suspensão da fabricação do medicamento, em 28 de fevereiro de 2014, justificando que o fornecimento da substância ativa benzilpenicilina benzatina tinha sido suspenso pelo fornecedor. E que, em 17 de julho, a mesma firma solicitou à Vigilância Sanitária a alteração do local de fabricação do fármaco.

Por sua vez, em setembro, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu um comunicado, reproduzindo informe do distribuidor do medicamento. "Diante do quadro, a empresa responsável pela distribuição e comercialização do remédio Supera Rx, orienta a classe médica a prescrever pelo nome do princípio ativo", diz a nota, disponível no site do conselho.

A empresa alegou também que a carência da penicilina benzatina não é apenas no Brasil. Remete ao fato de a Organização Mundial de Saúde veiculou comunicado sobre a complexidade de produção do fármaco e a limitação de alternativas em muitos países.

A gravidade da situação de abastecimento da penicilina benzatina fez com que os Conselhos Nacional e Estadual de Secretários de Saúde (Conasems e Cosems) encaminhassem nota técnica ao Ministério da Saúde, elencando os medicamentos que estão em falta na rede, com o objetivo de exigir do órgão a regularização do reabastecimento de medicamentos na rede de atenção básica do País.

Esse posicionamento dos Conselhos de Saúde aponta o caminho que deve ser percorrido para se reverter a atual situação de desabastecimento, não apenas da penicilina benzatina, mas de todos os medicamentos essenciais para a rede assistencial do País.

A inclusão de novo fornecedor do princípio ativo da Benzetacil, anunciada, no final de setembro, pela ANVISA, não deve impedir que se estabeleça uma ampla discussão da atual situação da assistência farmacêutica no SUS, e, em especial o debate sobre quais medidas devem ser adotadas para que os brasileiros que necessitam de medicamentos não fiquem reféns de crises de importação ou de descontinuidade de produção de fármacos essenciais.

Essa situação coloca a necessidade de que essa questão seja debatida pela sociedade, pelas autoridades sanitárias e por especialistas. Faz-se indispensável que sejam encontrados os meios de se garantir informações sobre a realidade da produção de medicamentos integrantes da relação de medicamentos essenciais e alternativas que retire o País da imensa dependência de importação de matéria prima e das mãos de verdadeiros monopólios ou oligopólios de produção nacional desses produtos.

Assim, nada mais oportuno que esta Casa tome iniciativas para avaliar e debater a crise de desabastecimento e toda a realidade da assistência farmacêutica no Brasil, melhor conhecendo sobre as ações do Ministério da Saúde, das indústrias e de todos os setores envolvidos com a questão.

Ademais esta Casa tem o dever de promover discussões que possibilitem, principalmente, apontar novas estratégias e propostas concretas para reverter a atual situação da produção e oferta de medicamentos essenciais.

Por todas essas razões, caberia ao Legislativo promover amplo debate sobre o tema. Nesse sentido, entendemos ser indispensável que sejam ouvidos o Ministério da Saúde, pela sua área de assistência farmacêutica, a ANVISA, pelo seu papel fundamental, bem como de profissionais especialistas da área, representantes do Conselho Federal de Medicina, que estão tendo participação ativa nesse processo, que, com certeza, oferecerão inúmeras contribuições para a compreensão deste tema tão fundamental para a saúde pública brasileira.

Esperamos, por essas razões, que a Audiência Pública seja convocada pela aprovação, pelo soberano Plenário desta Comissão, do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Deputado DR JORGE SILVA – PROS/ES